

Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio frente à Gestão Ambiental Integrada na Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP

The Eight Objectives of Development of the Millennium front to the Integrated Environmental Management the Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP

Carolina Estéfano

Bióloga, Aluna do Programa de Pós-graduação do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
E-mail: carolinaestefano@hotmail.com

Melissa de Almeida Jorge Ramos

Administradora Hospitalar, Aluna do Programa de Pós-graduação do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
E-mail: mmel.ramos@hotmail.com

Rubens José Mário Júnior

Biomédico, Aluno do Programa de Pós-graduação do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
E-mail: r.mariojunior@uol.com.br

Resumo

Como um processo político e administrativo de responsabilidade governamental e civil, a gestão ambiental integrada é considerada de valor significativo do ponto de vista técnico científico frente à problemática ambiental. Durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (2.000), líderes de 189 países firmaram um pacto, onde foram acordados oito objetivos, chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O presente artigo analisar a percepção da comunidade local sobre a efetividade na realização de ações específicas ao atendimento dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, realizada pela Gestão Ambiental Integrada da Vila Ferroviária de Paranapiacaba (Santo André/SP).

Localizada em área de proteção ambiental a Vila Ferroviária de Paranapiacaba caracteriza-se como um importante patrimônio histórico e cultural, que nasceu em 1860, com a construção da primeira ferrovia do Estado de São Paulo, que ligaria o porto de Santos e o planalto, pela empresa São Paulo Railway Company (SPR).

Na tentativa de aliar o melhor aproveitamento dos recursos naturais locais, de forma sustentável, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba busca redefinir sua base econômica, implementando o turismo sustentável como fonte de rendimento e manutenção de um local que perdeu a vocação original em face do processo de transformação dos valores econômicos e sociais.

As informações e coleta de dados foram realizadas por meio entrevistas abertas e bibliografia referencial. Preservação do patrimônio ambiental, cultural, turismo ecológico, promoção da saúde coletiva em conciliação sócio-econômica, servem de instrumento para tornar realidade, ações que viabilizem equidade social, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: objetivos do milênio; gestão ambiental integrada; aspectos sócio-econômicos e culturais.

Abstract

As a political and administrative process of government and civil responsibility, the integrated environmental administration is considered of significant value of the point of view scientific technical front to the environmental problem. During the accomplishment of the Cupola of the Millennium, meeting promoted by the Organization of the United Nations (2.000), leaders of 189 countries a pact, where they were awake eight objectives, calls Objectives of Development of the Millennium (ODM).

The present article to analyze the local community's perception about the effectiveness in the accomplishment of specific actions to the service of the eight objectives of development of the millennium, accomplished by the Integrated Environmental Administration of the Rail Town of Paranapiacaba (Santo André/SP).

Located in area of environmental protection the Rail Town of Paranapiacaba is characterized as an important historical and cultural patrimony, that he/she was born in 1860, with the construction of the first railroad of the State of São Paulo, that would tie the port of Santos and the plateau, for the company Paulo Paulo Railway Company (SPR).

In the attempt of allying the best use of the local natural resources, in a maintainable way, the Rail Town of Paranapiacaba looks for his/her redefinir economical base, implementing the maintainable tourism as income source and maintenance of a place that it lost the original vocation in face of the process of transformation of the economical and social values.

The information and collection of data were accomplished for half glimpsed open and bibliography. Preservation of the patrimony environmental, cultural, ecological tourism, promotion of the collective health in socioeconomic conciliation, they serve as instrument to turn reality to make possible social justness, economical growth and maintainable development.

Key Words: objectives of the millennium; integrated environmental administration; socioeconomic and cultural aspects.

Introdução

A questão ambiental – carente de respostas rápidas e efetivas frente aos atuais desafios da escassez dos recursos naturais e a manutenção do desenvolvimento econômico e tecnológico – impulsiona a busca interativa por conhecimentos e atitudes que atendam mutuamente, as demandas da sociedade e a preservação dos

ecossistemas naturais essenciais à manutenção da vida humana.

Durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova York, em setembro de 2000, líderes de 189 países firmaram um pacto, onde foram acordados oito objetivos, chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O alcance desses objetivos se dará por meio da realização de ações específicas de combate à pobreza, associadas à implementação de outras que com estas se relacionam, como as de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente.

O Brasil, dotado de respeitosa comunidade científica e abundância de recursos naturais, desenvolve-se, paralelamente ao crescimento industrial, com o objetivo de alcançar e manter um sistema de pesquisas capaz de contribuir efetivamente para o cumprimento das metas da ONU. Porém, tratando-se de país em desenvolvimento dependente de ações e políticas públicas que, por muitas vezes são ausentes, lentas ou ineficazes, encontra desafios que apontam a necessidade de atuação local de responsabilidade conjunta entre governo e comunidade, fato que poderá ser obtido sob uma análise interdisciplinar

de responsabilidade socioambiental que se faça cumprir a médio e longo prazo, do micro ao macro – do local para o global.

Partindo da pressuposto que os empenhos e atitudes efetivas iniciam-se na atuação local para o alcance de resultados e respostas – economia, sustentabilidade e equidade social – a questão ambiental ganha importância de abrangência democrática e participativa de integração, surgindo como forma provável de viabilizar políticas e planos de ação que sirvam como ferramentas, cuja finalidade é o alcance de processos que correspondam às verdadeiras demandas da população e garantia do desenvolvimento sustentável

Segundo o Ministério do Meio Ambiente - MMA (2005) foram estabelecidas 18 metas, acompanhadas de 48 indicadores para esses oito ODM, o que constitui um grande mérito. Enquanto a Agenda 21 funciona como um instrumento para que temas essenciais de sustentabilidade alcancem a transversalidade nas políticas de governo, os ODM mais focados dão finalidade e direção comuns aos esforços empreendidos na Agenda 21, constituindo-se em compromissos efetivos.

Apesar dos oito objetivos já estarem sendo cumpridos à nível municipal em Santo André – desde 2005 por meio do Projeto

“Cidade Futuro - Agenda do Milênio” – a coordenação dos trabalhos de planejamento e definição da metodologia participativa para a elaboração da Agenda Municipal do Milênio está na Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, que juntamente com outras secretarias do governo, pretendem garantir a qualidade das informações e transparência processual. O diferencial fica a cargo da participação da sociedade, que de acordo com seu segmento, apresentará um documento (PMSA, 2007).

Objetivo

Analisar a percepção da comunidade local sobre a efetividade na realização de ações específicas ao atendimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizada pela Gestão Ambiental Integrada da Vila Ferroviária de Paranapiacaba.

Metodologia

Local de estudo

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba localiza-se no município de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo. Desde sua aquisição pela Prefeitura de Santo André, em 2002, é desenvolvido um trabalho para a preservação do seu patrimônio

ambiental, cultural e para alavancar o turismo e desenvolvimento sócio-econômico.

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba, originalmente denominada Vila Operária Ferroviária de Paranapiacaba, guarda em seu patrimônio algumas preciosidades tecnológicas exemplares do desenvolvimento econômico mundial e característico da passagem do século XIX para o século XX, que marca o início do processo de internacionalização da economia e da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

O local nasceu para abrigar operários, técnicos e engenheiros, responsáveis pela operação e manutenção do sistema ferroviário especialmente desenvolvido para vencer as dificuldades impostas pela Serra do Mar e favorecer a exportação do café, principal produto da fase primário-exportadora da economia nacional durante o Império e a Primeira República.

Com a decadência do sistema ferroviário e o desuso da infra-estrutura existente no local, ocorreu o fim do contrato de concessão governamental com a São Paulo Railway Co. e a incorporação dos seus equipamentos ao patrimônio do Governo Federal.

Além dos importantes aspectos histórico-culturais de grande relevância, o local apresenta características ecológicas peculiares, pois se insere na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais de Santo André, compondo o Cinturão Verde da cidade de São Paulo com bioma Mata Atlântica (PMSA, 2008).

Na tentativa de aliar o melhor aproveitamento dos recursos naturais locais, de forma sustentável, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba busca redefinir sua base econômica, implementando o turismo sustentável como fonte de rendimento e manutenção de um local que perdeu a vocação original em face do processo de transformação dos valores econômicos e sociais.

Relevância dos patrimônios cultural e ambiental

Para entendermos a relevância dos ODM, metas e indicadores correlatos para a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, precisamos conhecer – mesmo que de forma sucinta e minimizada– as características naturais, geográficas, culturais, sociais, econômicas, políticas e potenciais turísticos da região.

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e

a Cultura (UNESCO) por sua integração como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Reserva do Cinturão Verde do Estado de São Paulo, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba – de arquitetura em estilo inglês – situa-se na Área de Proteção aos Mananciais, limitando-se com o Parque Estadual da Serra do Mar e a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba.

Segundo Venturini (2006), pesquisas realizadas mostram que existe uma correlação entre a memória cultural, o conhecimento, a auto-valorização, a oferta de diversas experiências culturais e a atividade econômica que se pode derivar do desfrute dos bens patrimoniais que compõem o conceito de paisagem cultural difundido pela UNESCO.

Em 1999, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba foi considerada um dos 100 monumentos mais importantes do mundo pela ONG norte americana World Monuments Fund, atuante efetiva na área de preservação de patrimônio histórico e cultural.

Sendo considerada a única vila ferroviária brasileira conservada desde sua fundação, no ano de 1.867, ocasiona a atração de inúmeros turistas, despertando a atenção do poder público e comunidade

quanto às medidas mitigadoras e compensatórias que deveriam realizar-se para a preservação do patrimônio histórico e do bioma ali existentes.

A fim de sensibilizar e persuadir os interlocutores quanto à importância da manutenção do patrimônio, além de conciliar interesses, procura-se demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais. Essa articulação foi feita em duas direções: “seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para o desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2005).

Segundo FONSECA, a questão do patrimônio situa-se em uma encruzilhada que envolve o papel da memória e da tradição na construção de identidade coletivas simultaneamente com os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.

Em 2001, com o ato administrativo do prefeito Celso Daniel – compra da Vila Ferroviária de Paranapiacaba – consolidou-se um processo de redestinação de perspectivas da Vila que foram gradativamente sendo adquiridas no

consenso entre o crescimento econômico – ocasionado pelo aumento da demanda turística – e a preservação dos patrimônios culturais e naturais.

A partir desta data, ações positivas como programas e projetos sociais estão sendo propostos, implantados e executados a âmbito local, a saber: restauração de imóveis, eventos culturais, turismo orientado, Educação Ambiental, espaço gastronômico, ateliês, apoio ao comércio, patrulhamento efetivo, participação da sociedade e outros, que agregam valor, economia e qualidade de vida aos moradores da Vila Ferroviária de Paranapiacaba.

Observações empíricas vivenciadas na realidade local percebem a melhoria da gestão e desenvolvimento sustentável aplicado, porém, ainda deixam dúvidas sobre a efetiva qualidade de vida da comunidade, o que nos leva a definir com cautela os ODM adequados para a região e analisar de forma fundamentada, sobre o fidedigno cumprimento dos mesmos.

O valioso patrimônio está em risco, e ainda são muitos os problemas locais, que vão desde a necessidade de constante preservação como um todo, atenção e ação para reformar a deterioração imobiliária, condições básicas de saúde e educação e

alternativas de trabalho para o aumento da renda per capita da população.

Além disso, deve-se lembrar que um olhar não muito mais atento percebe as conseqüências geradas pelas políticas públicas e, principalmente, nas mudanças de gestão que podem abandonar projetos promissores de resultados – o que não vem ao caso abordá-los profundamente nesta pauta – porém, torna-se fundamental citar a relevância de tal fato, pois é sabido que é no âmbito governamental que as ações locais recebem apoio orçamentário e adquirem força, tornando-se executáveis e existentes.

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba, além de possuir características privilegiadas para a preservação da vida e do meio ambiente, precisa alcançar a ativa combinação de abrangência das dimensões fundamentais a saber: social, econômica, ecológica, política, espacial e cultural.

Pesquisa

Este estudo adotou a técnica de conteúdo adotada por (ZIONI; SOUZA, 2005), caracterizando-se como uma pesquisa socioambiental analítica e exploratória, pois desenvolveu uma análise dos achados da pesquisa e estabeleceu conclusões, além de ser teórico-empírico, pois se enquadrou em levantamentos de bibliografia existente e na argumentação popular local.

Instrumento de coleta de dados

A Pesquisa de campo (estudo de caso) inclui: **a)** visitas técnicas de observação do ambiente físico (comunidade e PNMNP) e esclarecimentos sobre material disponível, como relatórios e demais documentos de interesse; **b)** entrevistas individuais: questões abertas de caráter qualitativo; a escolha dos participantes foi aleatória por meio de contatos diretamente realizados no local, de caráter anônimo e somente após a anuência, observando-se todos os aspectos éticos recomendados para pesquisas com este fim; as respostas foram analisadas a fim de se conhecer e explorar o conjunto de opiniões sobre o tema a ser investigado; **c)** Agenda 21 Local: está sendo realizada no ano de 2.009 e compõe uma etapa importante, no que tange a coleta de dados; temas pertinentes à dinâmica da Vila como Saúde Pública, Segurança Pública, Educação, Lazer, Gestão da Vila e Unidade de Conservação, Cultura, Identidade, Interferências externas, Meio Ambiente, Prestação de Serviços, entre outros, por meio da Oficina do Futuro (Agenda 21 do pedaço, 2006), são diagnosticados.

As entrevistas contemplaram os seguintes grupos locais: 3 moradores, 3 empreendedores (ateliês, pousadas e restaurantes), 3 monitores ambientais e

culturais, e 3 componentes do Poder Público e, a Agenda 21, além desses, as lideranças locais, e pessoas de grupos específicos, como os de Cerâmica.

Questionário

1- Em sua opinião, que ações foram realizadas pela gestão local para a melhoria da renda da população e redução da fome na Vila Ferroviária de Paranapiacaba?

2- Quais ações foram realizadas por esta gestão para garantir a inclusão e permanências de estudantes até o Ensino Médio na Vila Ferroviária de Paranapiacaba?

3- Quais ações e serviços são ofertados para promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres?

4- Quais serviços são oferecidos para resguardar a saúde das crianças até 5 anos (mortalidade infantil)?

5- Quais os serviços e cuidados oferecidos às gestantes?

6- Quais ações foram realizadas para conter doenças como dengue, leptospirose e outras zoonoses na Vila Ferroviária de

Paranapiacaba? Foram realizadas ações para redução do número de infectados por HIV/AIDS? E doenças provenientes da água?

7- Houve integração dos princípios de desenvolvimento sustentável às políticas e

programas locais a fim de preservar e reverter a perda de recursos naturais?

8- Houve programas de incentivo, parcerias e qualificação visando o desenvolvimento local?

Análise dos dados

As entrevistas visaram à percepção das ações realizadas pela Gestão Ambiental Integrada em prol do cumprimento dos oito ODM e suas respectivas metas pela população estabelecida na Vila Ferroviária de Paranapiacaba. A Agenda 21 Local investiga as opiniões sobre os diversos temas, de duas formas (Oficina do Futuro): Pedras no caminho, que indicam o que está ruim localmente e folhas da Árvore dos Sonhos, que significa os passos, os sonhos para mudar o que está ruim. A estratégia utilizada devido às condições de temor e disponibilidade foi de se coletar as informações individualmente, o que acarretou em maior quantidade de respostas e disposição para relatar mais acontecimentos.

Resultados e discussões

(ODM: <http://www.pnud.org.br/odm/>)

1- Erradicar a extrema pobreza e a fome

Em relação à fonte de renda e inserção de homens, mulheres e jovens no mercado de trabalho, a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, atual Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, tem o Projeto de empreendedorismo local, por meio do Sistema Bed and Breakfast, em que os moradores abrem as portas de suas casas para oferecerem o serviço de pousadas e café da manhã, além dos ateliês-residência e restaurantes. Cursos de Gestão de negócios e aprimoramento de serviços foram oferecidos aos moradores, como os do SEBRAE. Monitoria ambiental e cultural também incluiu os jovens locais, aptos a monitorarem as trilhas na Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e demais parques, quando surgem oportunidades, como o Parque Estadual da Serra do Mar. Os jovens contam ainda com o Programa de Jovens, juntamente com a UNESCO (Reserva da Biosfera, Mata Atlântica) que trabalha questões socioambientais, sustentabilidade, entre outros. Projetos sociais foram incorporados, entre eles Renda Cidadã e Bolsa Família, após o processo de identificação dos moradores, como números nas residências e serviços de correio.

2- Atingir o ensino básico universal

A Vila dispõe de escola estadual e municipal, sendo que a última será transferida a uma nova sede. Muitas reclamações decorrem da escola estadual, problemas de indisciplina e ponto de drogas. Em relação à municipal, elogios são feitos. A Vila conta com uma nova biblioteca, que ainda não apresenta materiais em quantidade desejável, apesar de atividades, mesmo esparsas, como contação de histórias, serem realizadas. Há reclamações por não haver aulas em período noturno fazendo com que os estudantes que trabalham durante o dia tenham que se deslocar para outros bairros e até outros municípios para estudar, causando desestímulo e até desistência por parte de alguns estudantes.

3- Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres

Na Vila há duas escolas, uma de Ensino Fundamental I e outra de Ensino Fundamental II e Médio. Há aproximação na quantidade de estudantes mulheres e homens, bem como as mulheres da Vila tem seus restaurantes, pousadas, trabalham na recepção ao turista e/ou trabalham em outras localidades (algumas moram sozinhas). Infelizmente, com a entrada dos turistas, facilitou-se a prostituição das jovens moradoras, devido a condições financeiras

precárias. O que só vem a diminuir a autonomia e qualidade de vida.

4- Reduzir a mortalidade na infância

Na Vila há um crescente número de crianças que tem como atendimento local, o Posto de Saúde 24 horas. No momento falta especialidades médicas, entre elas, pediatria e odontologia. Serviços externos (em Santo André e outras cidades) são dificultados devido à distância e custo do transporte público, tendo em vista a situação financeira da comunidade local.

5- Melhorar a saúde materna

As mulheres da Vila reclamam da atual assistência médica específica. Falta acompanhamento à gestante, como exames de pré-natal. Devido a distâncias, inexperiência das mesmas (em sua maioria adolescentes), os exames necessários não são realizados. Falta apoio psicológico (sendo que esse, já ocorreu na Vila); em contrapartida, os conselheiros de saúde continuam seus trabalhos nas residências.

6- Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças

Estima-se que devido ao tamanho da Vila, há muitos casos de AIDS, segundo os entrevistados a contaminação se dá via casos “extraconjugais” e prostituição das jovens moradoras. Preservativos são distribuídos em eventos, além do Posto Médico dispor

dos mesmos. Desde a compra da Vila por Santo André, o Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) vem realizando obras de saneamento básico, trocando os encanamentos obsoletos. Porém, algumas residências ainda tem seus esgotos desembocando nos mananciais. Há preocupação com as zoonoses: muitos turistas abandonam seus cachorros de estimação que ficam andando pelas ruas, ocasionando acidentes (mordidas), além dos parasitas desses animais. Não se sabe de ninguém que tenha sofrido sérios danos à sua saúde. Devido à realidade enfrentada, a população local padece de problemas psicológicos, como depressão e alcoolismo/drogas, advindos do descaso aos moradores e degradação cultural/ambiental.

7- Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Os princípios de integração, isto é, de sustentabilidade (dimensões: ecológica, social, econômica, geográfica, cultural, política) são encontrados nas políticas específicas, entre elas: **1)** O PNMNP (Unidade de Conservação de Proteção Integral) foi criado através do Decreto Municipal nº 14.937, de 05 de junho de 2003, com o objetivo de assegurar a conservação dos recursos naturais e a diversidade biológica da Mata Atlântica,

bem como possibilitar a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividade de educação e de interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico; **2)** Plano de Manejo (Atlas O Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba (2008), disponível para a população e que se encontra em sua 2ª edição ampliada com a inserção de novos estudos (a 1ª edição é de 2004). Esse documento é a base do Plano de Manejo; novos estudos estão sendo realizados para a elaboração do documento definitivo (2011); **3)** ZEIPP (Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba): Plano Diretor da Vila de Paranapiacaba, que estabelece as diretrizes de preservação do patrimônio com desenvolvimento urbano, econômico e social, ou seja, o planejamento urbano da Vila, dividindo-a em quatro setores: Parte Alta (urbanização consolidada), Parte Baixa (propriedade da Prefeitura de Santo André, onde se pretende promover a regularização urbanística), Ferrovia (onde se pretende conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da paisagem cultural e não é permitido uso residencial) e Rabique (área imprópria à urbanização e por isso não é permitido o uso residencial; pretende-se recuperar a qualidade ambiental dessa área),

além de um zoneamento criando áreas onde se prioriza o uso residencial e áreas onde se prioriza a atividade comercial e turística, diminuindo os conflitos de vizinhança e fixando o estoque habitacional em 50% dos imóveis públicos da Parte Baixa; **4)** Área de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo nas Leis Estaduais nº 898 (1975) e 1.172 (1976), além de se enquadrar na Lei Estadual 9.866 de Proteção e Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de interesse regional do estado de São Paulo (1997), mais abrangente; **5)** A Reserva da Biosfera com o Programa de Jovens e agora o Ponto de Cultura (Ministério da Cultura) na escola estadual, além de projetos de música e cultura, pretendem disseminar a cultura local e a brasileira; **6)** A Agenda 21 Local e Escolar, realizadas por grupos de Educação Ambiental do Grande ABC/SP, visam promover a Cultura de Paz e o engajamento da comunidade no Planejamento e Gestão Ambiental; **7)** Calendário anual de eventos que buscam divulgar a região ao turista e a manutenção da cultura local, entre eles: Feira de Oratórios e Presépios, Festival do Cambuci, Festival de Inverno, Convenção de Magos e Bruxas, Encontro dos Ferroviários, Encontro dos antigos moradores, Festival de Curta-metragem e Festa da Igreja, que esse

ano não foi realizada. A Vila padece do descaso, visível na degradação do patrimônio histórico, ambiental e humano. Tráfico de animais, vegetais e demais diversidade acontece por meio de moradores e biopirataria, sem reação do Poder Público.

8- Estabelecer Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Devido ao patrimônio cultural e ambiental de relevância mundial, a Vila e o PNMNP contam com recursos internacionais/nacionais e tombamentos. A nível nacional, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tombou a Vila em 2003; esse órgão vem há mais de 60 anos realizando um trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país, através de financiamentos externos; em caráter estadual, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) em 1987, por meio da Resolução 37 (PMSA, 2008) e municipal, o CONDEPHAAPASA (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André): citado já na Lei Orgânica do

Município de Santo André (1990) quando refere-se ao Patrimônio Cultural, constituído pelos bens de natureza material e imaterial, estabelecendo como deveres: identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense, a preservação de documentos, obras e registros históricos ou científicos e integrar o movimento regional de proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. O bioma Mata Atlântica recebe amparo da UNESCO, por meio do Projeto Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e propicia o Programa de Jovens, que fornece cursos, oficinas aos jovens voltados à sustentabilidade individual, local e do planeta. Algumas instituições realizam trabalhos em caráter voluntário, como exemplo, distribuição de cestas básicas em épocas comemorativas e serviços de enfermagem, além de atividades socioambientais, como a Agenda 21, vivências míticas, trilhas perceptivas. Restaurações das residências são realizadas pelo Poder Público ou pelo morador mediante autorização em prol da preservação da arquitetura local, porém, a maior parte da comunidade é carente, o que acarreta em falta de cuidados, o que contribui para a degradação do patrimônio histórico.

Considerações finais

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba e seu entorno contam com poderosos instrumentos legais de preservação ambiental, histórico e cultural. Porém utilizados de forma inadequada, mostrando-se ineficiente na condução de problemas cotidianos.

Os resultados mostraram que há recursos empregados, que teoricamente cumprem seu papel ambiental, cultural, social, econômico e político. A falta efetiva de integração desses recursos, deficiência de divulgação junto à população local, divergências de interesses entre o Poder Público e Sociedade Civil organizada cerceiam o direito a participação da população ao processo de gestão ambiental integrada.

Cabe a Sociedade Civil Organizada pleitear maior participação junto ao Poder Público na tomada de decisões para enfim transformar-se em um ponto turístico, de qualidade para turistas e moradores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense. Decreto nº 14.937, de 5 de junho de 2003 (Cria o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, no Município de Santo André, e dá outras providências); Portaria DP nº 001, de 6 de junho de 2003 (Estabelece o Regulamento

Provisório do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba); Portaria DP nº 002, de 6 de junho de 2003 (Estabelece o procedimento e a cobrança de ingresso no Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba). Atos Executivos. Santo André.

FONSECA, M.C.L. O patrimônio em processo. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, Minc, Iphan, 2005.

<http://www.iphan.gov.br/>

<http://www.pnud.org.br/odm/>

INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA. **Agenda 21 do pedaço**: o desafio das águas. São Paulo, 2006. 15 p.

Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: as oportunidades para o nível local: Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, nº 7. 2. ed. Brasília. D. F., 2005. 19 p.

PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André. **Atlas do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba**:

revelando o nosso parque. 2. ed. ampliada e revisada. Prefeitura do Município de Santo André - São Paulo: Annablume; Paradiso, 2008. 78 p.

. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. **Quem pode mudar o mundo?:** Cidade Futuro - Agenda Milênio de Santo André. Santo André, 2007. 15 p.

_____. Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município, 02 de abril de 1990. O Município de Santo André (...), exerce a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira que lhe é garantida pela Constituição Federal, nos termos desta Lei Orgânica. Disponível em: <<http://www.cmsandre.sp.gov.br/transpar/lo m.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

_____. Lei 9.018, de 21 de dezembro de 2007 (ZEIPP). Objetiva preservar a paisagem cultural de Paranapiacaba. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/lei-da-zeipp-2013-zona-especial-de-interesse-do-patrimonio-de>

paranapiacaba/>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. Lei 9.866, de 28 de novembro de 1997. Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <http://mananciais.org.br/upload/_lei_estadual_9866_97.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

ZIONI, F.; SOUZA, D. V. de; Pesquisa Social: Métodos Aplicados ao Saneamento. In: PHILIPPI JR, A. (editor). **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 599- 619.